

IDEOLOGIA DE GÊNERO: ANÁLISE DE ASPECTOS DAS RAÍZES HISTORIOGRÁFICAS DO TEMA¹

Denis Carlos Moser Ieni (UEM-CRV)

Larissa Prestes Silva (UEM-CRV)

RESUMO: tem sido corrente nos últimos anos, no cenário de debates acadêmicos, tanto no Brasil quanto em outros países, a abordagem do tema ideologia/perspectiva de gênero. A maioria dos indivíduos inseridos na comunidade escolar conhece as principais ideias dessa tese, seus pressupostos e os seus objetivos. Entretanto, são raros os estudos que visam identificar quais são as raízes históricas desse enunciado, assim como a sua base teórica e as suas diferentes propostas no decorrer do século XX. Ao desenvolver esse estudo pretendemos abordar aspectos dessa natureza, evidenciando a trajetória da construção desse tema durante o século passado, com o intuito de esclarecer quais são algumas das teorias que perpassam o assunto, e que possibilitaram o desenvolvimento da temática na atualidade. Acreditamos que com isso contribuiremos com referências que podem ser utilizadas para um maior esclarecimento acerca desse conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: História; Gênero; Século XX.

INTRODUÇÃO

No intuito de dar embasamento acerca de parte do arcabouço teórico que envolve o tema “ideologia de gênero” nos dispomos a escrever esse texto. Dizemos “de parte”, pois vários caminhos poderiam ser tomados no intuito de saber mais sobre o assunto enunciado, porém, cabe ao nosso recorte historiográfico analisar principalmente o desenvolvimento dessa perspectiva no decorrer do século XX, por meio de teorias que influenciaram o tema “igualdade de gênero”.

Importante salientar que partimos de uma análise historiográfica que tem como ponto de partida a identificação dos pressupostos de igualdade, principalmente entre os sexos, que é a tese principal da teoria abordada.

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida referente ao PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) no ano de 2015, tendo como fonte financiadora do presente trabalho: CAPES/PIBID.

Buscamos analisar principalmente teóricos do século XX, por entendermos que essa perspectiva se tornou foco de debates principalmente na segunda metade deste mesmo período. Entretanto, apresentamos também como referência teórica uma obra do século XIX, “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” de Friedrich Engels como parte importante da pesquisa aqui desenvolvida, pois acreditamos se tratar de um dos textos que mais influenciaram as teorias de gênero que serão desenvolvidas posteriormente.

ENGELS E A DESIGUALDADE NA FAMÍLIA PATRIARCAL

A chamada “luta de classes” é de conhecimento de praticamente todo o corpo acadêmico da sociedade atual. Conceito desenvolvido pelos teóricos Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX, possui as premissas que moldam as principais teorias em voga hoje em dia, e influenciam inclusive aspectos da vida política/econômica e privada no cotidiano do indivíduo do século XXI.

Embora o conceito de “luta de classes” tenha sido desenvolvido no intuito de demonstrar a desigualdade entre classes inerente ao sistema capitalista enquanto modo de produção econômica, essa tese também pode ser vista sendo aplicada aos recônditos da vida privada, mais especificamente: na família.

É Friedrich Engels quem vai publicar em 1884 a obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”, e demonstrar por meio do texto em questão que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (1884, p. 18), inteirando posteriormente que:

Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1884, p.18)

Assim, Engels demonstra que antes mesmo da luta de classe se desenvolver no campo econômico ela já ocorreria no seio familiar. Por conseguinte, é nesse ponto que a desigualdade tem início e é a partir desse pressuposto que as feministas da segunda metade do século XX vão desenvolver as suas teses.

O MOVIMENTO FEMINISTA E A DESCONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA PATRIARCAL

Engels tenta mostrar que o primeiro núcleo de desigualdade social ocorre por meio da família monogâmica e da opressão exercida pelo sexo masculino sobre o sexo feminino. Com base nessa ideia, mulheres da segunda metade do século XX vão desenvolver uma agenda política de emancipação feminina e de igualdade entre os sexos.

Várias teóricas do chamado movimento feminista citaram Engels em suas teses como sendo um dos principais autores do século XIX a discorrer acerca da questão da opressão da mulher no seio familiar. Uma das primeiras a fazer isso é a escritora Kate Millet, que em sua tese de doutorado de 1968, intitulada “*Política Sexual*”, vai considerar a obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” (1884) como um dos alicerces para a construção da ideia de “Revolução sexual” a partir da equidade entre os sexos por meio da desintegração da família patriarcal. Segundo Millet:

O grande interesse do contributo de Engels para a revolução reside na sua análise do casamento e da família em regime patriarcal. Quaisquer que fossem as suas dificuldades com a gênese destas instituições, o facto de Engels ter tentado demonstrar que o patriarcado não era uma característica eterna constitui em si mesmo um ponto de partida radical (...). Se a família e o casamento patriarcais, mesmo pré-históricos, têm a sua origem no passado humano, deixam de ser imutáveis e tornam-se sujeitos a alteração. Tratando-as como instituições históricas sujeitas ao mesmo processo de evolução dos outros fenómenos sociais, Engels abriu caminho a críticas sérias, a análise e a eventuais alterações radicais. (MILLET, 1968, p. 91)

Millet recorre à Engels para afirmar que a família patriarcal e monogâmica não era uma forma absoluta, ou mesmo natural, de organização social, mas era tão somente uma forma imposta por um determinado grupo, em um determinado momento histórico. O formato de família, portanto, poderia ser alterado conforme as demandas políticas, sociais e econômicas de cada momento.

Uma feminista que vai aprofundar ainda mais essa questão (não somente da igualdade entre os sexos, mas também da desintegração da família patriarcal) é Shulamith Firestone. Em sua obra “*A dialética do sexo*” (1970), Firestone vai construir todo um aparato ideológico para o desenvolvimento do movimento feminismo baseado principalmente na questão biológica da mulher:

Proponho, então, que a primeira exigência para qualquer sistema alternativo deva ser: 1) A libertação das mulheres da tirania de sua biologia reprodutora, através de todos os meios disponíveis, e a distribuição do papel de nutrição e educação das crianças entre a sociedade como um todo, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres (...). Assim, libertar as mulheres de sua biologia significaria ameaçar a unidade social, que está organizada em torno da reprodução biológica e da sujeição das mulheres ao seu destino biológico, a família. (FIRESTONE, 1970, p. 234-235)

Firestone demonstra nesse excerto que as mulheres precisam se livrar da dependência biológica que possuem no seio familiar, dependência essa que tem início no momento em que se decide que o homem deve trabalhar e a mulher precisa ficar em casa cuidando dos filhos (1970). Nesse caso, a desconstrução da família patriarcal deveria passar, sobretudo, pela desagregação do discurso que tem como base a biologia feminina, possibilitando assim que as mulheres se destaquem no âmbito social sem carregar consigo qualquer referência da mulher tradicional (reprodutora e oprimida, segundo a autora).

Fato comum na análise dessas duas autoras é a necessidade de criar todo um discurso de desconstrução, para que assim um novo enunciado possa ser construído no intuito de equiparar o papel os sexos. Nesse sentido, irão aparecer vários teóricos que vão dar fundamentação para o desenvolvimento de uma nova ideologia: a de gênero.

DO SEXO AO GÊNERO: A DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS

O termo “ideologia de gênero” não surge aleatoriamente, mas é criado em um contexto no qual há toda uma base teórica capaz de ampará-lo. É preciso entender

primeiramente que esse conceito surge da necessidade analisada no tópico anterior: a desconstrução do discurso da família tradicional que tem como alvo os “preconceitos biológicos”.

Para que isso possa ocorrer é necessária a contribuição de alguns teóricos, que vão ter seus discursos, direta ou indiretamente, ligados à questão social. Cabe a nós, a partir daqui, mostrar quais são os principais autores que contribuirão para o desenvolvimento dessa nova perspectiva de gênero.

Kate Millet percebe, com base em Engels, que a família pode ser socialmente alterada e Shulamith Firestone nota que para que essa instituição seja desfragmentada faz-se necessário uma separação entre a mulher e a sua biologia. Embora a última fale principalmente no âmbito biológico, ambas operam no campo social, pois essas transformações só poderiam ocorrer com uma desconstrução do “discurso de opressão”, é a ai que entra Jacques Derrida.

Jacques Derrida foi um filósofo francês que desenvolveu a chamada “Teoria da Desconstrução” na década de 1960. Segundo Neurivaldo Campos Pedroso Junior:

[...] a Desconstrução é comumente entendida como uma corrente teórica que pretendia minar as correntes hierárquicas sustentadoras do pensamento ocidental, tais como, dentro/fora; corpo/mente; fala/escrita; presença/ausência; natureza/cultura; forma/sentido. (PEDROSO JUNIOR, 2010, p. 10)

A teoria de Derrida é entendida então como um objeto de “desconstrução de discursos”, principalmente os ligados às questões do pensamento ocidental. Com sua tese ele fornece amparo metodológico para que qualquer idéia ou pensamento calcado em uma oposição binária possa ser colocado à prova, questionado e desconstruído.

Tal teoria é de suma importância para o pensamento da perspectiva de gênero. Com ela é possível mostrar que a oposição hierárquica pode ser desconstruída e pensada, a partir de então, em termos iguais, e não mais separados socialmente.

Entretanto, ainda há uma questão que, por não possuir oposição fonética e por não ser apenas uma questão de gramatologia, mas também institucional, não pode ser facilmente desconstruída: a família. Faz-se necessário então o desenvolvimento de uma

teoria que torne possível a sujeição da família patriarcal ao discurso desconstrucionista, e o autor que vai enunciar essa possibilidade é Michel Foucault.

Michel Foucault, em sua obra “*A ordem do discurso*” (1970), vai mostrar que as práticas discursivas são adquiridas como forma de poder. Não nos aprofundaremos na análise teórica do autor, contudo, utilizaremos parcialmente sua ideia central, a qual fornece embasamento teórico para que a família, enquanto instituição, seja considerada também como um discurso.

A contribuição de Foucault acontece no momento em que o filósofo demonstra que toda instituição é portadora de práticas discursivas que a mantêm no poder. Ou seja, ela não é apenas uma instituição, ela é também um discurso, pois sem tal discurso ela não se manteria; ela não enunciaria e não se definiria. Segundo ele:

[...] é o discurso ele próprio que se situa no centro da especulação, mas este logo na verdade, não é senão um discurso já pronunciado, ou antes, são as coisas mesmas ou os acontecimentos que se tornam insensivelmente discurso, manifestando o segredo de sua própria essência. O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado, intercambiado seu sentido, podem voltar a alteridade silenciosa de conseqüências de si. (FOUCAULT, 1996, p. 48, 49.)

Percebe-se então que tudo é discurso, pois não há a possibilidade de que qualquer instituição se estabeleça sem uma prática discursiva que a legitime. Sendo tudo um discurso, inclusive a família e principalmente os sexos, a desconstrução é vista como possível.

Com o embasamento teórico de Derrida e Foucault no campo discursivo, o sexo, biologicamente falando, pode ser entendido não apenas como homem e mulher, mas além, pois a questão em si não é somente biológica, mas também social.

Importante salientar que o conceito de gênero surgiu primeiramente no campo da medicina. Ele foi utilizado pela primeira vez pelo psicólogo estadunidense John Money em um artigo de 1955 para designar pacientes que possuíam um “sexo biológico que divergia do seu sexo psicológico”. Segundo Rafaela Cyrino:

A partir desta conceituação supõe-se que todos os seres humanos possuem, além do seu sexo (biológico), um gênero (psicológico), masculino, feminino ou neutro. O gênero, definido como um atributo individual de natureza psicológica permitiu a John Money classificar seus pacientes como pertencendo: ao gênero feminino (se apresenta e se comporta como mulher), ao gênero masculino (se apresenta e se comporta como homem) ou ao gênero neutro (se apresenta e se comporta tanto como homem quanto como mulher ou não se apresenta nem se comporta como homem nem como mulher). (CYRINO, 2013, p.1)

A partir da contribuição de John Money na questão psicológica do caso, fez-se cada vez mais presente a utilização do conceito de gênero, principalmente por autoras feministas. Um exemplo é a utilização da tese de Money pelas antropologistas Michelle Rosaldo e Louise Lampera em uma obra de 1974 intitulada: “*Woman, culture and society*”.

Ainda no decorrer do século XX, mais especificamente nas suas últimas duas décadas, a discussão da questão do gênero se fez constantemente presente, principalmente no meio político.

No intuito de revisar a questão da perspectiva de gênero, vista até então como determinada socialmente, a autora Judith Butler escreveu a obra “*Problemas de gênero*” em 1990. Sistemáticamente falando, Butler visa demonstrar que as feministas, ao aceitarem a teoria de Money de que o gênero é construído socialmente e não biologicamente, ao contrário do sexo, acabam formando uma nova oposição gramática que, se analisada a partir da metodologia desconstrucionista, poderia ser facilmente desfragmentada. Com isso ela propõe que não seja utilizada nenhuma palavra normativa para a designação da mulher, dando assim a possibilidade de uma pluralização dos sujeitos no meio social e político. Segundo a autora:

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar. (BUTLER, 2003, p. 213.)

Butler, ao politizar a questão do gênero, afirma que o problema da premissa de que o gênero é socialmente construído é o que ela pode ser desconstruída também. E adverte que se faz necessário não somente a desconstrução de um discurso acerca de um grupo, mas também de qualquer identidade acerca desse grupo, tornando os sujeitos não identificáveis, portanto, iguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar, a partir da elaboração desse texto, como a questão da “Ideologia de gênero” se desenvolveu no decorrer do século XX com o amparo teórico-metodológico de vários autores, sendo a obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”, de Friedrich Engels, publicada no século XIX, a matriz filosófica mais remota, até onde pudemos verificar.

Como já mencionamos, são raros os estudos que se atém a analisar o pano de fundo em que se constituiu a temática em questão, no entanto, não esperamos com este trabalho esgotar os fundamentos teóricos da Ideologia de Gênero, mas apresentar algumas possibilidades e considerações concernentes ao tema.

Assim, tomando como ponto de partida a identificação dos pressupostos da Ideologia de Gênero em Engels, conclui-se que, essas ideias acabaram se desdobrando ao longo dos séculos XX e influenciando vários pensadores que posteriormente vão sistematizar essas ideias e coloca-las no amálgama dos discursos de desconstrução.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

CYRINO, Rafaela. *A categorização do masculino e do feminino e a idéia de determinismo cultural: uma crítica epistemológica aos usos normativos do gênero*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo – um estudo da revolução feminista*. São Paulo: Editora Labor do Brasil, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Frierich. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MILLET, Kate. *Política Sexual*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

PEDROSO JUNIOR, Nerivaldo Campos. *Jacques Derrida e a Desconstrução: Uma introdução*. Revista Encontros de Vista. 5ed, p. 9 à 20, 2010.

O’Leary, Dale. *The Gender Agenda: Redefining Equality*. United States: Vital Issues Pr, 1997.